



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE ABRIL DE 1998

Senhora Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Professora Ruth Cardoso; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Ministros da Educação e do Trabalho; Dra. Anna Peliano, Secretária-Executiva do Programa; Senhores interlocutores; Senhoras e Senhores,

Estou chegando aqui, depois de uma reunião do Ministério em homenagem ao Sérgio Motta e ao Luís Eduardo Magalhães, e, naquela reunião, tive oportunidade de dizer que, no início do Governo, entre os muitos projetos propostos que eu tinha, havia dois objetivos. Um era de nós promovermos uma reforma na estrutura do Estado brasileiro, em algumas instituições e no marco jurídico que organiza as nossas relações, para que pudéssemos preparar a nossa sociedade e a nossa economia para uma nova fase que se avizinha, de um mundo no qual a presença dos países no cenário internacional se torna obrigatória.

É obrigação, também, dos que são responsáveis pelo Estado, nesses países, tomar as medidas acauteladoras para que essa inserção na economia internacional não seja apenas, como é, soberana, ou seja, que obedeça, também, aos nossos desígnios, e não apenas consequência de

fatos que são, que parecem ser inelutáveis; mas que ela também resulte em proveito do povo brasileiro.

O outro objetivo era o de, utilizando uma expressão que utilizei em algum discurso no início do Governo, contribuir para uma espécie de refundação republicana, no sentido se restabelecer a moralidade pública, a decência na gestão da coisa pública, enfim, as virtudes que devem marcar o bom governo em uma democracia. Por coincidência, bom governo, em uma democracia, reforma da estrutura do Estado, capacidade de o Estado servir melhor ao seu povo, decência e moralidade pública têm de se traduzir por uma melhoria concreta dos meios de vida da população. E eu me referi a isso apenas em termos genéricos. O objetivo nosso, na época, era para a melhoria concreta dos níveis de vida da população. Agora vamos discutir exatamente isso, avaliar, efetivamente, esse esforço coletivo, que não é pessoal, que é social, que é mais amplo, que é emocional, no sentido de, digamos, afastarmos estruturas arcaicas e formas de comportamento que marcaram tão profundamente o Brasil de outra época. E não adianta culpar esse ou aquele, nem mesmo culpar a História. Eram circunstâncias diferentes. Neste novo momento, estamos, efetivamente, sendo capazes de afastar essas estruturas. Pelo que ouvi, tanto da Dra. Peláez como do Dr. Sérgio Leão, na verdade é isto que está acontecendo no âmbito deste Programa.

Eu me limitarei a mostrar, de forma sucinta, através de um conjunto de informações, as consequências dessa ação coordenada e inovadora, de parceria entre a sociedade civil e o Estado, no que diz respeito a alguns indicadores, que costumam ser indicadores sensíveis e fundamentais para que se possa avaliar o progresso social de um povo. E é importante que se veja isso, porque, nos momentos de transição – e, certamente, este é um momento de transição acelerada –, é muito difícil perceber, primeiro, o rumo; segundo, o quanto se caminhou na direção programada, porque as mudanças são, sempre, mudanças que produzem reações. E os beneficiários das mudanças nem sempre, de imediato, percebem que são beneficiários. Os perdedores percebem logo. Quem dizia isso era Maquiavel=, não sou eu. Mas é verdade.

Se já na época de Maquiavel era assim, hoje se multiplica, porque a mídia faz com que os perdedores vejam logo. É difícil ter a sensação de que houve avanço, de que houve progresso. E um incidente ou um fato negativo repercute muito mais do que uma continuidade lenta e contínua de fatos que são positivos.

Então, vou já pedir que se mostrem alguns dados. Mas queria acrescentar a isso uma outra consideração que fiz há pouco. Creio que estamos passando por um processo de transformação que, dentro do marco democrático, é revolucionário. Revolução dentro da democracia são mudanças continuadas e consentidas. Não estamos falando aqui de outro marco, não é no marco da ruptura de um regime, mas num marco de um regime democrático. Uma ação é revolucionária quando ela vai acumulando um conjunto de transformações consentidas, negociadas, apoiadas, discutidas – claro que não são unâimes, não podem ser, a não ser excepcionalmente, mas essa continuidade é que produz a mudança. E, nessa mudança, passado o tempo, quando se for comparar o que era com o que vem a ser, vai-se verificar que se mudou de uma era para outra era.

Terá sido, talvez, pretensão demasiada nossa, no início do Governo, imaginarmos que era preciso dar um ponto final ao que então chamei de Era Vargas. E devo dizer que, quando qualifico o ponto final na Era Vargas, não estou criticando a Era Vargas. Eu até, pessoalmente, votei em Getúlio Vargas, em algum momento. Sou suficientemente velho para ter votado nele. Sei que não foi a escolha de todos. Não tenho nada contra a política desenvolvida no sentido do fortalecimento tanto do Estado nacional quanto da sociedade brasileira. As circunstâncias mudaram, e, efetivamente, temos que criar um novo espaço de definição política e de reorganização da sociedade.

Dito isso, pediria que se começasse por mostrar quais são os recursos que temos despendido para o Comunidade Solidária desde 1995. Não vou me alongar. É difícil, pelo menos para quem já tem uma certa idade, ver de longe o que isso aí significa, mas, de 95 para 98, nós passamos de 980 milhões para 2 bilhões e 900 milhões de reais. O ano de 98 é projeção, mas 97 é realizado. São 2,5 bilhões, ou seja, os recursos

para a agenda básica cresceram de uma maneira sustentada, e, mesmo vendo de longe, dá para ver que a curva é ascendente.

Vamos adiante.

É a mesma coisa no que diz respeito à distribuição parcial desses recursos. Vê-se, por aí, que, efetivamente, eles foram mais para o Nordeste, em segundo lugar para o Sudeste. Em geral, os dados sempre mostram Sudeste à frente de tudo. Aqui, não: o Nordeste ficou à frente, porque era necessário, porque era a área de maior necessidade de ação nossa. O Norte, em seguida, e depois o Sudeste – o Norte, o Sul e o Centro-Oeste de forma mais ou menos equilibrada; mas quase 40% destinados ao Nordeste.

Também o número de municípios atendidos pelo Comunidade Solidária cresceu consideravelmente. A curva mostra a mesma coisa. Passamos de 302, em 95, para 1.111 em 96 e 1.368 em 97. Por certo, continua havendo demanda por mais. E, por certo, continua havendo incompreensão sobre os critérios adotados, mas são estatísticas. Estatística é cruel. Às vezes, ela está, até, equivocada. Mas algum critério tem que ser utilizado, e o pior de todos os critérios seria o da influência pessoal e política. E esse evitamos inteiramente. Quer dizer, é preciso que haja uma base numérica para que se inclua o município. Às vezes até, se for este, quando a gente vai ver de perto diz: “Meu Deus, algum erro pode ser que tenha havido nessa avaliação.” Mas é melhor haver uma avaliação e ter uma base objetiva. E esse tem sido o nosso empenho, e vai continuar sendo.

Aplicamos recursos consideráveis no combate à desnutrição infantil. Aí também o gráfico mostra que os números são crescentes. Vão de 29 milhões de reais para 160 milhões em 98, no combate à desnutrição infantil. E o que é mais interessante é que houve, realmente, a queda da desnutrição nas crianças menores de 5 anos. Isso é o que realmente conta. Não adianta gastar o recurso, se o recurso não tem efeito. O efeito está aí. Em 75, havia 32,9% de menores de 5 anos que eram desnutridos, quer dizer, mais de 30%. Em 89, há uma queda muito grande, quer dizer, de 75 para 89 caiu para a metade. Sabe-se, sempre, que é mais difícil produzir essas quedas nos momentos iniciais. Ainda assim, em

96 – portanto, num período de 7 anos – passa-se de 15 para 10, ou seja, há uma queda, também, bastante acentuada.

Não tenho dados mais recentes, mas imagino que eles estejam caindo com maior velocidade. Isso não acontece por acaso. Não é só porque se deram recursos, aliás os recursos, olhando estes gráficos, são pequenos; mas há uma coisa que é mais importante do que recurso em dinheiro, que são recursos humanos.

E aqui – é o próximo gráfico – nós temos o programa de agentes comunitários de saúde, que mostra que o número de famílias atendidas cresceu. E cresceu muito fortemente de 96 para 97 e, sobretudo, agora, de 97 para 98. Em 94, eram 4 milhões de famílias; em 97, 8 milhões. Dobrou o número de famílias atendidas. Em 98, supõe-se, já que é uma estimativa, iria para 15 milhões. Esqueçamos as estimativas, porque às vezes podem estar aí, também, motivadas pela boa vontade.

Mas o dado de 97 a boa vontade não salva. E ele é bom, não precisou de boa vontade para salvá-lo; quer dizer, houve o dobro, de 94 para 97, de famílias atendidas pelos agentes comunitários de saúde. Obviamente, houve também um aumento razoável quanto ao número de agentes comunitários de saúde, que o próximo gráfico demonstra, passando de 28 mil, em 94, para 34 mil, em 95; 44 mil, em 96, e 55 mil, em 97, havendo uma projeção para 100 mil em 98. Mesmo que não se chegue a 100 mil, quando se projeta 100 mil, um número grande se espera aqui, de tal maneira que se está vendo que esse é um programa que tem muita vitalidade e está crescendo.

E é importante que esse programa não se restrinja às áreas de pequenas cidades, porque o problema é agudo nas grandes cidades. Tenho informações de que em Recife, por exemplo, temos cerca de mil agentes comunitários de saúde. E, quando se vai olhar os dados sobre Recife, em comparação a outras cidades, vê-se que Recife está tendo um desempenho grande, também, positivo. E não é por acaso. É porque existe uma ação continuada. Oxalá fosse possível também estender esses programas, com mais velocidade, para as grandes cidades, porque sei que em São Paulo há algumas experiências com os agentes comunitários de saúde. O próprio Dr. Jatene – ex-Ministro da Saúde – tem uma experi-

ência lá e um interesse nisso. Acredito que nas periferias das grandes cidades vai ser importante ampliar essa presença. E, quem sabe, aí também possa haver uma participação mais ativa da sociedade civil, mobilizando gente e recursos para a extensão desses programas.

Claro, como consequência, o próximo gráfico mostra a diminuição das internações e óbitos de menores de 5 anos no SUS, em 913 municípios de risco. Esse é um dado realmente positivo, é uma coisa que vale a pena. Tanta descrença que a gente vê, muitas vezes, em certos círculos de pessoas que não vão ver a realidade, que se limitam a escrever sobre uma folha de papel em branco nos seus escritórios, mas, se andassem um pouco pelo Brasil, iriam ver que as coisas estão mudando. E o que é mais interessante é o seguinte: como as coisas estão mudando onde nunca mudaram, é mais difícil perceber, porque onde nunca mudaram não há barulho, não há ruído. São setores roucos e, às vezes, até quase surdos, porque já não tinham mais esperança. E, aí, esses dados registraram, realmente, o setor mais pobre do Brasil.

Ainda recentemente, conversando com um grande amigo meu, não sobre o Brasil, senão, não citaria o fato, eu disse: "Ora, nos Estados Unidos, a taxa de desemprego caiu fortemente." Ele disse: "Mas não é a sensação que eu e meus amigos temos." Eu disse: "Onde é que vocês trabalham?" "Na universidade. Lá, parece que vai tudo mal." Está bom. Parece e talvez até esteja lá essa sensação, mas, quando se olha o conjunto, não é assim. A sensação é importante para motivar a gente, mas ela não deve ser, digamos, o que orienta a decisão de quem está no governo, de quem toma medidas. Temos que olhar é o que está acontecendo em termos não do que "eu sinto isso, eu sinto aquilo...", "me parece que é...". Não. O que está acontecendo? Vamos ver. E vamos ver onde está acontecendo.

É muito difícil fazer uma mudança de políticas públicas para atender, realmente, aos mais pobres. Há vários estudos, notadamente um relatório que li recentemente, do Professor Vilmar Faria, mostrando que as políticas sociais no Brasil reproduzem a desigualdade. O que estamos fazendo, agora, inclusive no Comunidade Solidária, é cuidar de políticas sociais que não reproduzam a desigualdade. E, quando não

reproduzem a desigualdade, os que ficam mais iguais mas estavam mais em cima não se sentem tão confortáveis assim e não percebem o que está havendo. Essa mudança não é a mudança que motiva uma camada da população. Mas isso não nos deve abalar. Temos que, realmente, cuidar de mudar onde é mais necessário, que é onde estão os mais pobres, onde há condições de vida mais difíceis.

Este é um dado que mostra isso. Quer dizer, o número de internações caiu, mas fortíssimamente, de 95 para 97, de 370 mil para 280 mil. E o que é mais importante: o número de óbitos caiu também fortemente, de 12 mil para 8 mil, nesses municípios mais trágicos. Esses são os dados que precisamos ter no nosso coração, para começar, e na nossa cabeça para tomar as decisões. São os dados que dizem respeito, realmente, à vida do povo, do povo mais pobre. Não é que esteja contente com eles. Acho que podemos fazer muito mais, porque os dados, quando se vai examiná-los comparativamente, ainda são vergonhosos. Tem muito o que caminhar. Mas a verdade é que estamos caminhando.

Bem, houve, no triênio 95/97, 25% de queda nas internações hospitalares e 30% no número absoluto de óbitos de menores de 5 anos, nos municípios prioritários do projeto de redução da mortalidade infantil.

Isso não pode ser atribuído a um programa. Isso é consequência de um conjunto de políticas, entre as quais a política de salários, do Real, que mantém o poder de compra do salário e que tem efeito concreto na comida das pessoas. E o efeito dos agentes comunitários de saúde. É o efeito da sociedade que, no conjunto, se preocupa mais, da mídia, que denuncia e que moderniza. Não é uma coisa que pode ser atribuída a um programa. Mas, de qualquer maneira, é alentador que isso esteja ocorrendo.

O dado seguinte mostra também o que aconteceu com a mortalidade infantil nas áreas cobertas pelos agentes comunitários de saúde, de 94 para 97. Cai quase pela metade. Já contei isto aqui, mais de uma vez: fui lá ver, no interior do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, do Ceará, a ação dos agentes comunitários de saúde. É uma coisa simples, direta. E a dos médicos de família, dessas equipes de médicos de família. Isso é muito importante, porque tem essas consequências. São vidas.

Não se trata, aqui, de outro valor senão o da própria vida, que é o valor supremo. Esse dado mostra isso, com toda a clareza, nesse quadriênio.

Claro, na ação da distribuição de cestas básicas – é uma ação mais tradicional, mas necessária num país como o nosso –, tivemos também a mesma coisa: o número de cestas distribuídas passou de 3 milhões, em 95, para 15 milhões, em 97. Quer dizer, multiplicou, portanto, por cinco, em três anos. Vez por outra, ainda vejo notícias: “Ah, caiu o recurso para distribuição de cesta básica. Diminuiu não-sei-o-quê...” É algum dado fragmentário, que não corresponde ao conjunto. Se a gente quiser fazer sensacionalismo ou fazer oposição por fazer oposição, é fácil. Qualquer um que tenha informação média e pouca firmeza, pouca integridade intelectual, faz. Agora, não é o correto. O correto é olhar no conjunto. Se esses dados estiverem errados, então, sim, vamos criticar, mostrar: “Não. Aqui não é verdadeiro. Não distribuiu 15 milhões.” Mas, se distribuiu 15 milhões, multiplicou por cinco – não é isso? – o que está sendo feito aqui, nesse programa da Conab, mais merenda escolar; e com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

Pouca gente sabe o significado do programa da merenda escolar, que é um programa antigo, bom, que melhorou muito na gestão atual, mas que tem efeito enorme. Costumo, quando viajo, dar números nessas questões, porque nós, brasileiros, às vezes, imaginamos que não haja um esforço de melhoria de condições de vida da população. Mas, veja, temos cerca de... – não sei, o Ministro Paulo Renato está aqui – devem ser trinta e poucos milhões, 36 milhões, por dia, de merendas. Por dia! E merenda que significa um almoço. Não é outra coisa, não. E esse número – 36 milhões por dia – é mais do que a população da Argentina. É o que se distribui aqui, numa rede que não é do Governo Federal só, inclui governos estaduais, municípios, etc., mas integrada em todo o Brasil.

Pouca gente sabe, por exemplo, que o único país na América Latina que tem seguro-desemprego é o Brasil. E dá a impressão de que aqui não existe uma estrutura estatal. Eu não quero defender – acabei de dizer-lo no discurso que fiz hoje de manhã – que esse Estado é um Estado de mal-estar social. Por que é que chamo de mal-estar social? Se fosse mais para atender realmente às carências, poderia vir a ser um

Estado de bem-estar social. Aqui se confunde o Estado de bem-estar social com um Estado que é capaz de garantir altas aposentadorias para aqueles que viveram bem a vida toda. Não é isso: precisamos de um Estado que atenda aos que nunca viveram bem, para proporcionar-lhes uma vida digna.

Volto a esses dois dados – a merenda e o seguro-desemprego. Refiro-me ao Estado, não ao Governo. Quer dizer, a sociedade brasileira foi capaz de ter a sensibilidade de chamar a atenção para certos problemas e programas. Temos que melhorá-los. Por isso estão aí o Ministro da Educação e o Ministro do Trabalho, que vão melhorá-los.

Bom, os recursos da merenda escolar – estão aqui os dados, já os mencionei – aumentaram também. Vez por outra, sou surpreendido pela notícia: “O Governo cortou recursos para a merenda escolar.” Aí, telefono para o Ministro: “Ministro, o que aconteceu?” “Não, não se cortou. É que se calculou errado, é porque economizamos aqui, pusemos dinheiro ali, por isso parece que cortou.” Quer dizer, não cortou nada. Está aumentando aqui, vejam os números.

O Ministro deve estar aflito porque, seguramente, para o segundo semestre deste ano, se olhar o Orçamento, não há o dinheiro. Mas, quando chegar ao segundo semestre, vai ter o dinheiro, porque ninguém vai deixar a criança sem merenda escolar. E, como aqui existe uma coisa chamada “prioridade invertida” – gasta-se primeiro o dinheiro daquilo que não é necessário de forma absoluta, porque, depois, quando é necessário de forma absoluta, sabe-se que, de uma maneira ou de outra, ele chegará, derretendo até mesmo gélidos corações da área econômica.

Bem, a mesma coisa no que diz respeito ao transporte escolar. Está se vendendo aí o avanço que houve nesses municípios. Transporte escolar é algo muito importante, sobretudo na área rural, em que é fundamental. Isso tudo era objeto de barganha política, no pior sentido.

Hoje, há programas que independem disso, e têm que independecer cada vez mais. Não tem que perguntar de que partido é o prefeito, não tem que perguntar nada disso. Tem é que saber se tem lá criança precisando e se o ônibus é usado, mesmo, para transportar crianças.

Com essas condições, a gente avança. O Ministro Paulo Renato sabe do meu empenho até em aumentar a possibilidade de transporte escolar, porque não vamos conseguir acabar com a evasão escolar nem atingir os altos níveis de matrícula que nós desejamos, se não tivermos um sistema de transporte mais adequado.

O outro dado diz respeito ao programa de saneamento. Os recursos contratados, vocês podem ver, são ainda pequenos. Nós vamos ter que dar um salto maior nisso, embora tenha havido progresso – os dados mostram isso. Acho que temos que avançar mais. É isso mesmo. Mas o meu gráfico tem forma diferente, este é mais bonito.

Bem, o dado seguinte é sobre a questão do Habitar Brasil. Vamos ver, também, que houve certo aumento. Hoje, temos bastante consciência das dificuldades dos programas de habitação. Esses aqui são os programas de recursos a fundo perdido. Quer dizer, são recursos orçamentários. Isso é coisa que não havia. Como, também, existem os dados aí que quero que mostrem, que são os dados do Pronaf. Não, esse é outro, é Pronaf, não é emprego e renda, é mais adiante. Eu saltei. Esse mesmo. Do Pronaf, que também não havia, não existia o programa. Em 95, nós tínhamos 36 milhões para isso; em 96, 650 milhões e, em 97, 1 bilhão e 600 milhões.

Bom, Habitar Brasil: casa para o mais pobre, e casa que ele não vai poder pagar. É orçamentário o recurso. Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é para financiar, realmente, a agricultura familiar. A taxa de juros, aqui, se não é negativa, é próxima do negativo. Quer dizer – não me lembro, exatamente –, devem ser 4,5% de juros ao ano. Com a taxa de inflação que temos, é quase negativo. Está roçando aí.

Isso tem um efeito extraordinário. Foi muito difícil implantar esse programa, muito difícil. Por quê? Porque a estrutura do Estado brasileiro, repito, não foi feita para atender os que mais precisam. As nossas instituições financeiras sofrem, hoje, uma pressão contraditória: por um lado, o Governo exige que elas não estejam no vermelho, porque, quando estão no vermelho, quem paga é o povo todo. Então, elas cobram coisas que, muitas vezes, no passado, não cobravam com a insis-

tência com que cobram hoje. Ao serem cobradas, as pessoas reclamam. Até porque, às vezes, é injusto, não sei o quê, não tem recurso para pagar, a taxa de juros é alta. Tudo isso tem lá o seu grau de verdade. Mas, se não cobrar, não tem recurso para atender os mais pobres.

Por outro lado, esse tipo de programa sai caro para as instituições financeiras. O *spread* é pequeno, porque a taxa de juros é baixa. Dá mais trabalho que emprestar aos grandes, porque grandes são poucos. A única diferença é que, em geral, é mais difícil cobrar dos grandes do que dos pequenos. Os pequenos costumam pagar com mais assiduidade.

Foi muito difícil, foi preciso uma cooperação grande do Banco do Brasil – e tivemos a cooperação – para que esses recursos chegassem lá na ponta. Jogar 1 bilhão e 600 milhões de reais para atender, só em 97, 414 mil famílias é muito contrato. E isso tem efeito; se multiplicamos por 5, a média de família, vê-se que isso tem efeito. E é programa para quem nunca teve acesso ao crédito.

Digo que não basta isso. Há os programas do Banco do Povo, que começam a existir, embora ainda embrionariamente. Algumas instituições, além do Banco do Brasil, como o Banco do Nordeste, estão fazendo um trabalho muito ativo nessa direção – através do Pronaf e também do Proger, Programa de Geração de Emprego e Renda – de chegar mais perto.

Vamos ter que multiplicar muito os nossos esforços para chegar a atender, realmente, à microempresa, à pequena empresa, ao pequeno empresário. Não temos a cultura do crédito barato maciço, para muita gente. Temos a cultura do crédito alto, para pouca gente. E temos, também, a tradição de os bancos oficiais darem prejuízo. Estamos mudando as duas coisas ao mesmo tempo. Não é fácil tentar não dar prejuízo – e eles não estão dando – e, ao mesmo tempo, atender os mais pobres, que, portanto, não vão dar um lucro grande para os bancos. É uma ginástica difícil.

Então, não é só uma questão da incompreensão burocrática e da mentalidade. É uma questão, também, da contradição entre os objetivos que estão ali, postos, num momento difícil, de transição. Temos que segurar recurso, porque temos que manter a inflação sob controle, e não podemos descuidar do social.

Chamei a atenção para esse programa do Habitar Brasil e do Pronaf, porque são coisas novas, que foram criadas aqui. E é curioso que, depois que se cria, a toda hora vejo reivindicações altíssimas sobre o Pronaf. Dá a impressão de que o Governo não está fazendo nada. Meu Deus! O Governo criou o Pronaf e aumentou violentamente os recursos do Pronaf! É claro que é muito fácil pedir mais e querer uma taxa de juros ainda menor. Mas, quando a taxa de juros chega a um certo ponto, alguém vai pagar, porque dinheiro do Governo é dinheiro do povo. O Governo ou faz inflação, e, portanto, o povo paga, ou ele tira do imposto. Não há outra maneira.

Então, essa consciência da responsabilidade de quem gera o recurso público tem que existir, e a sociedade tem que sentir isso. Não adianta dizer: "Eu quero mais." "Está bem, quer? Como é que se produz esse recurso, de onde é que ele veio, tirou de onde?" Você vai ter que aumentar a riqueza do País e vai ter que distribuir essa riqueza. Se você não aumentar a riqueza e quiser distribuir, tem que tirar de alguém. E, mesmo aumentando a riqueza, acaba tendo que tirar de alguém também, porque a desigualdade é muito grande. Acho que estamos indo nesse caminho.

Os dados que saltei, que são anteriores, dizem respeito à questão do Proger, que também teve um crescimento muito grande. Em 95, no urbano, o investimento passou de 173 milhões para, em 97, 527 milhões. E, no rural, de 413 milhões para 605 milhões. O total, nesses anos todos, os dois somados, dá mais de 3 bilhões de reais. Foram aplicados, no triênio, cerca de 3 bilhões de reais, sendo que 1 bilhão nos centros urbanos e 1 bilhão e 900 nas atividades rurais.

Da mesma maneira no Planfor, Plano Nacional de Formação Profissional: de 1 milhão e 200 milhões de trabalhadores, em 96, passou-se para 2 milhões em 97. Esses programas são do Ministério do Trabalho. Mas eles não aparecem como sendo do Ministério do Trabalho. Isso não me preocupa. Não têm placa do Governo Federal. Não estou preocupado com placa do Governo Federal, não quero saber. "Ah, mas quem está usando esse dinheiro são os sindicatos, não dizem que vem do Governo Federal. São os municípios, é o governador, e o governador

não faz nenhuma alusão ao Governo Federal.” É verdade, não fazem mesmo. Se eu fosse governador – nunca fui, não posso julgá-los –, talvez até fizesse referência ao Governo Federal. Mas fazer ou não fazer não é importante. O importante é que o programa exista. Se o programa existir, a população não tem que estar preocupada se foi o governo tal ou qual. Ela tem que saber se ele está avançando. Na hora da briga, vamos dizer: “Isso é nosso, não é de vocês, não-sei-o-quê, e tal”, ou nem falar. Às vezes é melhor nem falar.

Enfim, acho que, com essas breves informações de que, provavelmente, muitos dos senhores e das senhoras já eram dominadores, já as conheciam, quis apenas reafirmar. Como o Governador Jaime Lerner acabou de chegar, sabe que estamos fazendo em conjunto um esforço grande. E esse esforço não seria possível sem os senhores e as senhoras. Porque o inovador não é o que colocou o recurso aqui ou ali: o inovador é o que tem toda uma rede que ultrapassa a burocracia do Governo Federal, inclui outras burocracias e inclui agentes extraburocráticos. Daí a importância do Conselho da Comunidade Solidária, porque ativa o que é extraburocrático, o que é extra-Estado, para que possa, também, coincidir nos nossos mesmos propósitos.

Dito isso, queria, para finalizar, mencionar que, agora, além desses programas que estamos enfrentando, e temos que enfrentar mesmo, temos uma dificuldade adicional – que vai requerer um esforço coletivo e organizado e que deve ser feito sem ânimo de escândalo, de sensacionalismo, melhor dito –, que é a seca do Nordeste. Quem já viu seca sabe a dimensão do flagelo.

Fuivê-la, quando Ministro da Fazenda. Não sei se muitos Ministros da Fazenda viram de perto a seca. Se alguma imagem em mim ficou, foi a marca da tragédia, fortemente. Foi o que vi na região seca do Ceará e do Rio Grande do Norte. É desesperador, porque não há água, acabou. Não há água, não há comida para o animal, não há alimentação, não há trabalho. É como se fosse um terremoto.

Quem viveu em países que sofrem terremotos – aqui, muitos vivemos – sabe que terremoto é um negócio terrível, porque de repente, num dia de céu azul, o mundo vem abaixo e você não sabe nem por

quê. Só que a seca dura mais tempo. Portanto, ela requer uma ação de parte do Governo e de parte da sociedade. Não se resolve um problema desses, não se enfrenta esse problema nem só com verba e nem só com a ação do Governo. Tem que haver uma ação societária e tem que haver a organização dessa ação.

Nomeei o Dr. Sérgio Moreira Superintendente da Sudene. O General Nilton, que era Superintendente, fez um trabalho excepcional, e lastimo a saída dele. Não o nomeei por causa da seca, porque o General era perfeitamente capaz de fazer um trabalho, como fez, excepcional, moralizou a Sudene, e é uma coisa que vale muito. Mas ele, por razões dele, teve que sair.

Nomeei o Dr. Sérgio Moreira. Nomeei-o não por ser desse ou daquele partido, embora seja, mas com a condição de ser uma pessoa que tem uma visão do problema, visão social, é da região, tem relações diretas com o Presidente da República e com o ministro da área, pode agilizar a questão, pode, em cooperação com a Secretaria de Políticas Regionais, articular melhor, estando no local, como estará, articular melhor com os governadores e com os prefeitos a ação contra a seca, ou melhor, em favor dos flagelados da seca. Essa ação tem que ser coordenada. Ninguém substitui o poder local nessa matéria. Tivemos uma experiência de ação nessa direção de áreas de flagelo, com participação da sociedade civil, com representantes das igrejas, de sindicatos, da oposição, de todo mundo, para que, realmente, as distribuições sejam efetivas.

Temos, de toda maneira, que atender a essa questão que, répito, é dramática. O Governo já está tomando as medidas, já estava tomando as medidas. Toda hora vejo que “precisa tomar, precisa tomar”. Já estava, está e estará tomando as medidas. Elas não têm efeito imediato, elas dependem de uma mobilização muito grande, mas têm que ser feitas de uma maneira adequada. Porque, no passado, havia a indústria da seca. Ela está tomando outras formas, mas continua a existir.

É muito fácil incitar saques. E é irresponsável, é contra os flagelados. Digo isto com toda a tranquilidade: é irresponsável que líderes políticos incitem saques – políticos ou religiosos – sem conhecer a realidade. É absolutamente necessário que ambos – líderes políticos e religiosos –

mesmo que em oposição ou não ao Governo, chamem a atenção para o fato, exijam medidas. Mas o saque desorganiza a possibilidade de atender a população. É demagogia.

E a pior demagogia é a demagogia com o pobre. Utilizar a miséria para fazer política, como no passado, na indústria da seca, para tirar proveito pessoal, eleitoral ou financeiro é imoral. E não podemos aceitar condutas imorais diante da tragédia humana.

Então, quero encerrar minhas palavras, neste conjunto amplo de interlocutores, dizendo que o Governo está tomando medidas, está se organizando. Já estava. E são medidas, repito, que dependem muito da organização local. Mas não vamos ceder a pressões demagógicas. Temos que nos organizar e, com propriedade, chegar lá, atender. E atender significa água e, se for necessário, carro-pipa. É horrível, mas vai ser carro-pipa, porque precisa ter água. Vai ter que ter trabalho. E, se possível, esse trabalho vai ser na construção de obras que já estão em marcha.

Vai ter que haver a alfabetização e capacitação dos que lá estão, porque isso tem que ser inovador nessa direção também. E vai ter que haver distribuição de alimentos. E essa distribuição terá que ser feita, como já tem experiência o Comunidade Solidária de fazê-la com decência, mobilizando o Exército, as Forças Armadas em geral, que sempre se prestaram magnificamente para ajudar, nesses momentos de dificuldade.

Vou fazer um apelo à sociedade civil: não adianta fazer depósitos de alimentos perecíveis. O problema não é esse. O problema é como é que se organiza para chegar lá. Creio que a mídia tem uma enorme responsabilidade nisso, de ajudar, não a nós, mas aos flagelados, colocando apropriadamente as questões e mobilizando apropriadamente, de tal maneira que a mobilização maior seja das energias, para que nos organizemos democraticamente, para atender àqueles que são necessitados, lá.

Tenho certeza de que vamos contar com a ação tanto do Comunidade Solidária quanto do Conselho da Comunidade Solidária, dentro desse espírito, que é um espírito de seriedade, que é um espírito de não esconder as dificuldades, mas não transformar as dificuldades, também, em mero ataque, com proveitos eventualmente políticos,

Eu queria terminar não dando um tom de crítica, mas um tom de agradecimento, agradecimento a vocês pelo trabalho que estão fazendo, tanto os que estão no Governo quanto os que estão fora do Governo, como interlocutores, como agentes que ajudam; e dizer que, cada vez mais, acredito neste país, porque tem um grande povo.

Muito obrigado.